

1 MAR 1986

Sarney quer aprovação simbólica

Em sua mensagem anual pela reabertura do Congresso Nacional, o presidente José Sarney pede hoje aos congressistas a aprovação simbólica para o Decreto-lei com as medidas de saneamento econômico do país, determinado pelo governo. A mensagem qualifica o pacote como ato de segurança econômica e afirma que a utilização de decreto para a sua instauração foi uma decisão "excepcional".

O documento de 10 laudas, dividido em três partes, será levado ao Congresso pelo ministro-chefe da Casa Civil, Marco Maciel, e será recebido pelos presidentes da Câmara e do Senado, Ulysses Guimarães e José Fragelli e os secretários das mesas das duas Casas, Paulo Afonso e Nerion Cardoso. Na primeira parte da mensagem o Presidente faz um relato dos primeiros meses de sua administração, enumera as medidas de democrati-

zação do país — a exemplo da instauração das eleições diretas — e relembra o comportamento de austeridade do governo.

O segundo trecho fala do compromisso da Aliança Democrática com as medidas de desenvolvimento e estabilidade econômica do país, se refere à opção social pelas camadas sociais de baixa renda e enumera os programas sociais desenvolvidos pelo governo da Nova República neste campo.

Sarney encerra sua mensagem afirmando que o país vai entrar numa nova era com a Assembleia Nacional Constituinte. A partir daí preconiza a modernização do país e em face dos novos tempos prega, principalmente, a evolução tecnológica brasileira. Considera como excepcional a utilização de decreto para a instauração do "plano de estabilidade econômica" e justifica sua iniciativa como medida de segurança.

O Congresso Nacional volta hoje a funcionar depois de três meses de recesso e um dia após a vigência do decreto-lei que congela os preços e reforma o sistema monetário, em sessão solene marcada para às 10 horas da manhã, na qual poderá falar apenas o presidente do Senado, José Fragelli.

Além do discurso de Fragelli, a sessão constará da leitura da mensagem do Presidente da República sobre a conjuntura nacional, que será levada pelo ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, mas lida pelo 1º secretário do Senado, senador Enéas Faria (PMDB-PR).

Nas sessões solenes, não estão previstas apartes nem outras intervenções, nem mesmo do presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, que se limitará a ouvir o discurso de Fragelli e a mensagem do presidente Sarney, de um lugar privilegiado: à direita do presidente do Senado.

Embora o regimento comum do Congresso não proíba apartes ou qualquer outro tipo de intervenção verbal dos deputados e senadores, a tradição das sessões solenes, tanto do Congresso, como da Câmara e do Senado, determina que a sessão de hoje se limite ao protocolo.

Esta norma não escrita só foi quebrada em 1962, quando o deputado Carvalho Sobrinho (PSP-SP) pediu uma aparte, em meio ao discurso do presidente do Congresso, Moura Andrade (PSD-SP), para solicitar a impugnação do deputado Leonel Brizola, que acabava de ser eleito pelo então Estado da Guanabara.

Carvalho Sobrinho, que sustentou a inelegibilidade de Brizola, com base no fato de ser ele cunhado do então vice-presidente João Goulart, e de ter sido eleito

pela Guanabara, enquanto era governador do Rio Grande do Sul em final de mandato.

O aparte do deputado paulista foi ouvido pelo Congresso, mas não resultou em nada mais do que o simples registro no Diário do Congresso, uma vez que não teve curso, além de entrar no anedotário das sessões solenes da Câmara.

COQUETEL

A sessão de reabertura será precedida de uma revista da tropa do Batalhão de Guarda da Presidência da República, que se postará em frente ao Congresso, pelo presidente José Fragelli, tendo ao lado o deputado Ulysses Guimarães.

Depois de encerrada a sessão, haverá um coquetel no salão nobre do Senado, com refrigerantes e salgadinhos (o uísque foi abolido por razões de economia), oferecido aos parlamentares e às autoridades convidadas do Executivo, do Judiciário, da Igreja Católica e do Corpo Diplomático.

SESSÃO SUSPensa

O início efetivo dos trabalhos legislativos só ocorrerá mesmo na terça-feira, uma vez que segunda-feira, a sessão, tanto na Câmara como no Senado, será suspensa por causa da morte do deputado Darcílio Aires (PDSRJ).

Na terça, está previsto o discurso de estréia do líder do PDS na Câmara, Amarel Netto, que promete uma análise crítica do Governo da Nova República. Na quarta, as bancadas do PDS, PMDB e PDT se reúnem para escolher seus novos líderes e apreciar outras questões da atualidade. A tarde, o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, vai prestar depoimento ao plenário da Câmara sobre o último pacote econômico.

Plano será explicado para os governadores

O presidente Sarney se reúne segunda-feira às 10 horas com os 26 governadores de Estados e Territórios para explicar o plano de estabilidade econômica baixado ontem através de decreto-lei. Após um rápido pronunciamento de Sarney, os ministros do Planejamento e da Fazenda, João Sayad e Dilson Funaro, farão, cada um, uma exposição sobre o alcance das alterações e seu significado. A partir daí os governadores debaterão o programa econômico.

Logo a seguir, o Governo divulgará um novo elenco de medidas para implementar as decisões e esclarecer a população que tipo de comportamento deve ter nos casos específicos relacionados à mudança da

moeda e do sistema de reajuste salarial e de preços, informou ontem o ministro do Gabinete Civil, Marco Maciel. Ele reafirmou que o presidente Sarney acredita que o mais importante para o sucesso do plano governamental será a crescente adesão popular.

A partir de segunda-feira, o Palácio do Planalto divulgará um número de telefone a ser instalado no Ministério da Fazenda para responder dúvidas e receber denúncias da população sobre comerciantes que estejam remarcando ilegalmente seus produtos. Uma equipe de economistas estará de plantão para receber telefonemas de qualquer parte do País. As ligações serão gratuitas.